

MARILÁ DARDOT

Interdito | 28-09-17 a 11-11-17

Mitos desfloramos e desfloradas fomos de consentido. Porém de consentidas não nos tomem. Me tomem. Me tomes. Se tome Mariana que em clausura se escrevia, adquirindo assim sua medida de liberdade e a realização através da escrita; mulher que escreve ostentando-se fêmea enquanto freira, desautorizando a lei, a ordem, os usos, o hábito que vestia.¹

Em 2012, o Jornal Expresso publicou uma lista de novecentos livros censurados, proibidos ou apreendidos pela censura entre 1933 e 1974. Fruto de uma pesquisa realizada ao longo de vários anos pelo investigador José Brandão, este levantamento demonstrava a amplitude da ação da censura sobre o pensamento e criação intelectual, particularmente sobre a produção literária. O exercício da censura estava a cargo da Direção dos Serviços de Censura (DSC), diretamente dependente da Presidência do Conselho de Ministros. Com o alargamento das suas competências e eixos de ação, em 1936 a Direção dos Serviços de Censura passou a intervir na redação, circulação, distribuição e venda de publicações. Durante mais de quatro décadas, a censura foi um importante suporte do regime salazarista, promovendo uma visão do mundo e da vida cuidadosamente filtrada. Jornais, livros, peças de teatro, televisão e cinema foram alvos constantes da atuação do «lápiz azul» dos censores, causando danos inestimáveis à cultura do país.

Para a sua primeira exposição individual no nosso país, Marilá Dardot (nascida em Belo Horizonte, em 1973, e atualmente radicada em Lisboa) desenvolveu um conjunto de trabalhos que abordam as várias dimensões da atuação da censura na produção e difusão literária em Portugal, a partir de uma seleção de quinze livros escritos por escritoras, dramaturgas e poetisas que foram proibidos e confiscados durante o regime do Estado Novo (1933–1945). Natália Correia, Maria Teresa Horta, Pamela Moore, Nita Clímaco, Rosa Luxemburgo, Violette Leduc e Maria Archer são alguns dos nomes que compõem esta coleção.

Ocupando a totalidade dos espaços expositivos da Galeria Filomena Soares, Dardot, uma das mais importantes artistas brasileiras da sua geração, apresenta-nos uma nova perspetiva sobre os diversos temas e problemáticas que definem a sua prática artística desde meados dos anos 2000, para explorar

¹ Citação de *Novas Cartas portuguesas*, edição de 2010, Dom Quixote, p. 91.

a relação entre o silêncio e o interdito, entre o dito e o não dito, entre o poético e o político.

A artista questiona o direito de decidir o que pode ou não ser lido, repensa a noção de palavra proibida, os dizeres silenciados e não ditos de uma geração de escritoras e militantes dos direitos das mulheres naquele que foi um momento-chave da emancipação feminina. A exposição aborda temáticas pertinentes à sociedade contemporânea e às relações de poder que a estruturam a partir do olhar desta mulher artista, também ela herdeira de um legado cultural profundamente marcado pela ditadura militar brasileira (1964-85). A autora legitima e reivindica o direito de falar do corpo, do desejo e da liberdade sexual da mulher; questiona as ligações entre a mulher, a cultura e a política no contexto da representação feminina na literatura e na cultura de um país. O silêncio literário da mulher e a condição feminina em tempos de censura e repressão são os grandes temas da exposição.

Na sala principal da galeria encontramos a obra que dá título à exposição, *Interdito*, uma instalação-arquivo de caráter efémero composta por fardos de papel amarrados com arame fino e empilhados uns sobre os outros. Entre os fardos, a artista colocou alguns exemplares destes livros — entre eles o famoso *As Novas Cartas Portuguesas* (1972)² —, que aqui surgem esmagados pelo peso da censura, máquina trituradora da liberdade criativa e intelectual. O impacto físico e visual da sua presença no espaço remete para a ideia de muro enquanto barreira e símbolo inescapável da interdição. A artista desafia o espectador a percorrer o espaço, a circular por entre os volumes, potenciando uma interação entre corpo, objeto e espaço.

Que Dardot recorra a desperdícios e resíduos de papel não é novidade — na instalação *As coisas estão no mundo* (2013-2015), espalhou três toneladas de restos de provas de impressão offset de livros e revistas de arte pelo espaço da Galeria Vermelho em São Paulo —, mas é possivelmente a primeira vez que convoca uma reflexão económica, social e ambiental sobre a relação entre consumismo, sustentabilidade e as políticas de reciclagem de papel. Em *Interdito*, os fardos de papel aludem aos objetos criados pelas empresas especializadas na recolha e destruição segura de papel de arquivo e

² *As Novas Cartas Portuguesas*, da autoria das escritoras e feministas portuguesas Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa e que foi proibido e retirado das livrarias três dias após a sua publicação por ser considerado obscena, com conteúdo imoral e pornográfico, está entre as obras portuguesas mais traduzidas no mundo. A apreensão do livro e o processo intentado contra as autoras provocou uma onda internacional de protestos inédito na história da literatura portuguesa. O julgamento das «Três Marias», como viria a ficar conhecido o processo, foi noticiado por importantes meios de comunicação internacionais como o The Times e o Le Nouvel Observateur, dando origem a manifestações feministas em várias embaixadas de Portugal no estrangeiro e à defesa pública da obra e das suas autoras por importantes personalidades do movimento feminista internacional como Simone de Beauvoir e Marguerite Duras. O caso chegou a ser levado a uma conferência patrocinada pela National Organization for Women (NOW), como a «primeira causa feminista internacional». Informação recolhida no www.novascartasnovas.com plataforma de estudo, pesquisa e divulgação da obra com coordenação geral de Ana Luísa Amaral (Univ. Porto; ILCML) e em *Novas Cartas Portuguesas: um gesto político a muitas mãos* de Raquel Menezes, artigo publicado na revista do Núcleo de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, Vol 7, nº14, 2015.

documentos confidenciais. O papel de arquivo é destruído e posteriormente acondicionado em fardos e integrado na cadeia de reciclagem. Embora essa relação entre história, arquivo e memória estabeleça um interessante paralelismo do ponto de vista conceptual com o tema da exposição e com a estratégia de apropriação do arquivo enquanto prática artística, o que aqui vemos são fardos compostos por aparas e sobras industriais e comerciais de papel, uma vez que o acesso aos restos de documentos de arquivo seria uma violação das regras de segurança das companhias que os produzem. No encontro do espectador com a obra, surgem múltiplas interpretações, construções de sentidos e significados: estamos perante livros destruídos pela censura? De arquivos e documentação secreta apagada? Ou de páginas em branco de livros ainda por escrever?

As outras obras presentes nesta sala, contribuem para uma reflexão mais ampla sobre os conceitos de silêncio e silenciamento, considerando a sua relação inegável com a linguagem e estabelecendo uma dinâmica paradoxal entre a censura que silencia e apaga e o arquivo que preserva e revela.

Recordamos que este também tem sido um tema recorrente no trabalho da artista, sendo variadíssimas as representações e sentidos do silêncio e do apagamento que podemos encontrar na sua obra. Refira-se, a título exemplificativo, um trabalho de 2004 intitulado *Sob Neblina*, que mostrava uma compilação de frases com a palavra «silêncio» extraídas dos livros das suas leituras quotidianas; ou a instalação interativa *No Silêncio nunca há Silêncio* (2013), uma espécie de jogo de palavras cruzadas em torno dessa mesma palavra. Nos seus trabalhos sobressai a constante alusão à palavra escrita e à relação entre texto e objeto artístico — páginas e fragmentos de livros, citações de autores, o texto literário e jornalístico, os arquivos e índices remissivos, palavras e letras que recuperam a dimensão visual da escrita. Dardot produz narrativas e discursos cuja intensidade poética advém da simplicidade e subtileza do gesto, revelando curiosas semelhanças e afinidades formais e temáticas que refletem uma visão intuitiva e coerente do mundo onde vivemos e uma prática perfeitamente consolidada.

Voltando à exposição, numa das paredes encontramos a obra *Dito*: um conjunto de dossiers vermelhos instalados diretamente na parede mostram páginas impressas em papel vegetal translúcido que aguardam ser folheadas e lidas pelo espectador. A artista cria uma espécie de arquivo temático, exaltando alguns dos assuntos, conteúdos e palavras que, de uma maneira geral, foram objeto de censura — Alegria, Amor, Canto, Corpo, Desejo, Liberdade, Marginais (arquivo genérico com as palavras: homossexual, lésbica, puta, prostituta, negro, preto, travesti), Mulher, Orgasmo, Palavra, Poeta e Silêncio. Na parede oposta, a obra *O Leitor*, exhibe os relatórios e despachos emitidos pela Direção dos Serviços da Censura datilografados pela própria autora sobre papel azul de 25 linhas e destacando a vermelho trechos, expressões ou palavras numa série de pastas de arquivo azuis. Nesta última obra, fruto de uma longa e exaustiva

pesquisa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a palavra surge como matéria viva, como lugar simbólico de resistência, liberdade e subversão.

Na sala seguinte, os quinze títulos que inspiraram a exposição são apresentados numa prateleira na parede, como uma pequena biblioteca pessoal que nos permite conhecer mais intimamente o processo e método de trabalho da artista na construção do seu inventário de palavras e temáticas. Nesse mesmo espaço, um gira-discos toca os quatro poemas do livro *Minha Senhora de Mim* de Maria Teresa Horta — outra obra considerada obscena e proibida pela censura em 1971. Os poemas são lidos por Nuno Filipe, pseudónimo de José Manuel Barros, cantor e compositor da poesia de Maria Teresa Horta. As músicas foram editadas e manipuladas em parceria com o músico João Pimenta Gomes de forma a deixar apenas algumas palavras. Na última sala, uma escultura realizada anteriormente encerra de forma poética a exposição. Intitulada *O Exílio* (2017), a obra lembra a relação entre exílio e literatura e o peso da figura do desterrado na produção literária dos países sob regimes ditatoriais. A experiência do exílio encontra-se presente na literatura de todos os tempos e, no caso de alguns países, a produção seguiu dois caminhos paralelos e simultâneos: de um lado, a produção literária comprometida politicamente e difundida pelos canais oficiais e do outro, a literatura produzida no exílio, voluntário ou involuntário, de carácter crítico e livre.

É impossível sabermos se o número publicado em 2012 corresponde efetivamente ao total de títulos censurados em Portugal durante o Estado Novo. Jamais saberemos quantos foram e alguns autores permanecerão para sempre desconhecidos. Contudo, numa altura em que surgem novas formas de censura e de restrição à liberdade criativa e intelectual, nomeadamente às mulheres que procuram na criação artística uma via ou instrumento de denúncia da opressão feminina, esta exposição ecoa como uma crítica contundente e atual, uma afirmação artística emancipatória. Este conjunto de livros e vozes femininas forma um grande coro contra o preconceito e a opressão; contra o corpo excluído e rejeitado, contra os marginalizados da sociedade, revelando as cicatrizes ainda abertas de um período conturbado e violento da história de Portugal, assente numa política discriminatória e em valores patriarcais e sexistas impostos por um regime autoritário e silenciador.

Inês Grosso
Setembro 2017